

Convenção Coletiva Educação Superior 2008	Proposta Semerj	Comentário
Cláusula 1ª Reajuste Salarial	A negociar índice bem abaixo do INPC	Como em todos os anos, o patronato alega dificuldade em reajustar os salários em face da inadimplência e agora usa o argumento da crise financeira mundial. O Sinpro-Rio já apresentou sua proposta de REAJUSTE PELO INPC, ACRESCIDO DO GANHO REAL DE 2%. O patronato apontou para zero de reajuste salarial.
Cláusula 4ª Pesquisadores, Supervisores e Coordenadores de Ensino	Suprimir a cláusula	As IES retiram dos pesquisadores, supervisores e coordenadores, os direitos garantidos pela atual Convenção Coletiva de Trabalho.
Cláusula 5ª Salário Mínimo de Contratação	Suprimir a cláusula	Muitas IES contratam irregularmente novos professores por salários inferiores àqueles que são pagos ao professor com menor tempo de exercício no estabelecimento.
Cláusula 9ª Atividades Extraordinárias	Alterar a cláusula	O patronato cria novas regras de modo a, praticamente, evitar que todas as atividades fora do contrato sejam pagas como atividade extra.
Cláusula 10ª Irredutibilidade de Remuneração	Altera a cláusula, instituindo a redução de carga horária e de remuneração	As IES desejam praticar livremente a redução salarial, em função da ausência ou diminuição de matrículas ou da supressão da disciplina. Trata-se da oficialização da redução salarial e da abominável carga horária zerada, repassando ao professor os riscos do negócio.
Cláusula 12ª Adicional de Aprimoramento Acadêmico	Altera a cláusula, tornando-a inócua	O patronato propõe a extinção dos adicionais de 5%, 10% e 15% de aprimoramento acadêmico estabelecendo em sua proposta que cada IES defina seus próprios critérios.
Cláusula 17ª Licença Aprimoramento Acadêmico	Suprimir a cláusula	As IES retiram, assim, a possibilidade de o professor se licenciar para seu aprimoramento e, com isto, elevar o nível de qualidade da IES.
Cláusula 21ª Contratação a Prazo Curto	Alterar a cláusula	Diversas modalidades de contrato por prazo determinado - que retiram diversos direitos do trabalhador - estão sendo propostas pelas IES.
Cláusula 23ª Notificação da Dispensa do Professor	Suprimir a cláusula	Nas cláusulas 23ª e 24ª as IES suprimem a necessidade do pré-aviso da dispensa do professor no meio e no fim do ano e o pagamento das correspondentes multas. Isso aumentará a sua instabilidade no emprego, uma vez que o professor poderá ser demitido a “qualquer hora”, sem aviso-prévio e sem direito a qualquer indenização.
Cláusula 24ª Indenização Especial / Dispensa do Professor	Alterar a cláusula retirando o direito dos professores às multas de rescisão.	Muitas IES resistem em pagar a indenização constante na cláusula 24ª. O Sinpro-Rio vem barrando na Justiça do Trabalho as homologações que não contenham as indenizações devidas. As IES vêm perdendo todas as ações e, agora, solicitam a supressão deste direito.
Cláusula 25ª Carreira Docente	Suprimir a cláusula	A cláusula 25ª da atual Convenção possui 18 artigos regulamentando a carreira docente. O que o patronato quer é a total desregulamentação do exercício da profissão. Uma vergonha!
Cláusula 27ª Número de Alunos em Turma	Suprimir a cláusula	Pela proposta, não haverá mais limite para o número de alunos em sala de aula. Mais alunos em sala, menos turmas, menor salário e maiores lucros. Este é o objetivo patronal. E a qualidade? Que fale o MEC!
Cláusulas 29ª, 30ª, 31ª e 32ª	Suprimir as cláusulas	Com estas supressões, o patronato elimina direitos como garantia de emprego à professora gestante, ao professor na pré-aposentadoria, na licença-saúde, além de retirar o direito à complementação de auxílio-doença.
Cláusula 35ª Associação de Docentes	Suprimir a cláusula que garante a liberdade de criação de Associações Docentes	As palavras “democracia” e “crítica” não fazem parte do vocabulário de muitos donos de IES. Elas são substituídas por “autoritarismo” e “lucro”. Não se pode ter Universidade de qualidade sem que haja liberdade de manifestação e de organização. É um direito conquistado pelas lutas democráticas em nosso País.
Cláusula 39ª Divulgação de Informações do Sindicato	Alterar a cláusula	Ainda dentro das manifestações de falta de democracia interna nas IES, o patronato procura, em sua proposta, colocar condicionantes às divulgações dos materiais sindicais, criando uma verdadeira “censura prévia” a toda documentação que o Sinpro-Rio pretenda colocar nos murais das salas de professores.